

# 40 anos da redemocratização: com os olhos de ontem e o coração no amanhã



» JORGE MESSIAS  
Advogado-geral da União

**"A vida divide-se em três períodos: o que se foi, o que está sendo e o que há de vir. Desses, o que estamos atravessando é breve, o que havemos de atravessar é duvidoso, o que já atravessamos é certo".**

Se o presente nos parece efêmero e o futuro é incerto, como ensina Sêneca, lembrar o 15 de março de 1985 é uma oportunidade para rever o caminho percorrido, com a alegria de comemorar conquistas com o olhar no futuro. O último sábado marcou os 40 anos da redemocratização do Brasil, momento histórico que simboliza a superação de mais de duas décadas de ditadura militar e a reconstrução das bases democráticas do país.

No dia de sua posse como presidente da República, José Sarney dá início a um ciclo político virtuoso para o Brasil quando disse: "Eu estou com os olhos de ontem. E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota." Mais do que uma simples transição de poder, a redemocratização representou a retomada dos ideais de liberdade, justiça e participação popular.

Foi um momento que nasceu sob as bênçãos de Tancredo Neves e foi construído a partir da mobilização popular pelas Diretas Já — com a

participação de grandes brasileiros, como Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros —, que, entre 1983 e 1984, tomou as ruas do país exigindo o direito ao voto direto para presidente. É momento de rememorar, para celebrar.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte resultou na Constituição de 1988, um dos maiores legados da redemocratização. Os avanços foram significativos, como o fortalecimento dos direitos individuais, a separação clara entre os poderes, a garantia de eleições diretas e o compromisso com um Estado Democrático de Direito.

O fim da censura possibilita reconstruir um ambiente de liberdade de expressão, fundamental para a pluralidade de ideias e o fortalecimento da imprensa como pilar da democracia. Os avanços na expansão dos direitos sociais, na ampliação da diversidade política e na estabilidade econômica fortalecem a democracia e reconciliam o Brasil com seu passado.

O voto jovem, facultativo aos 16 anos, rejuvenesceu a luta, surgindo novas lideranças políticas. Ao longo das últimas décadas, novas legislações entraram em vigor para garantir maior transparência e responsabilização dos agentes públicos, a exemplo da Lei da Ficha Limpa (2010), da Lei de Acesso à Informação (2011) e da Lei Anticorrupção (2013).

A Constituição de 1988 também foi responsável pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS), essencial para o direito à saúde gratuita e universal para todos os brasileiros. O SUS tornou-se um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, com papel crucial na ampliação do acesso a

serviços médicos e em resposta a crises sanitárias, como a pandemia de covid-19.

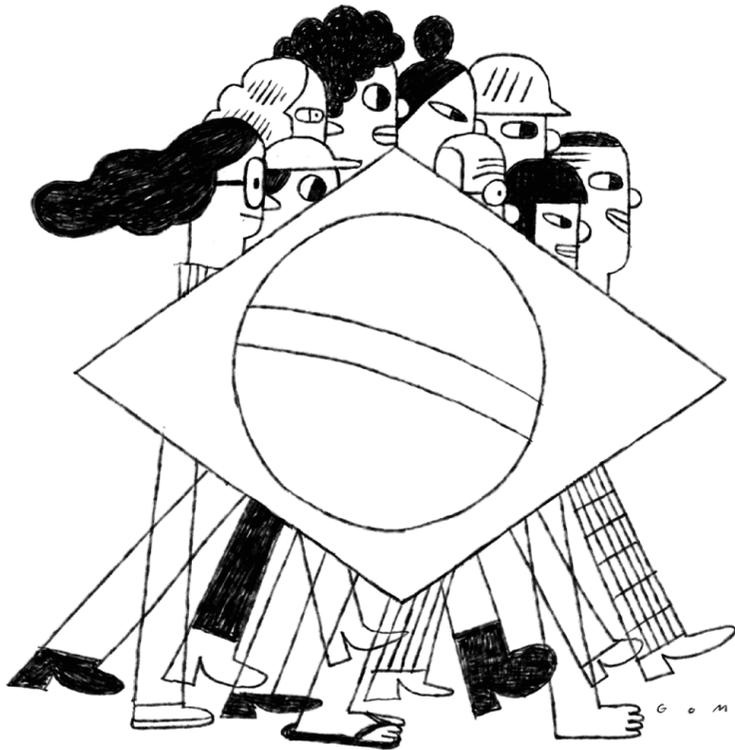
Políticas de inclusão social foram criadas para reduzir desigualdades históricas juntamente com programas de proteção de grupos vulneráveis e marginalizados, a exemplo das cotas raciais em universidades e concursos públicos, criação de políticas de combate ao racismo e a aprovação da Lei Maria da Penha (2006).

A Advocacia-Geral da União (AGU), instituída pela Constituição de 1988 e formalmente estruturada em 1993, passou a ter papel fundamental na consolidação desses avanços, garantindo segurança jurídica e contribuindo de forma efetiva para a implementação das políticas públicas.

Mas os desafios permanecem. A representatividade nos espaços de poder exige um olhar cuidadoso para a baixa participação de mulheres, negros e indígenas em cargos políticos e militares. Nosso amadurecimento enquanto nação passa pelo combate à desinformação e a necessidade de redução das desigualdades sociais e econômicas.

Resgatar o interesse pela política para uma participação cidadã plena é fundamental para evitar retrocessos democráticos. Um caminho para o futuro dependerá do nosso olhar para um Brasil sustentável, ético, inovador e inclusivo, cientes de navegarmos sempre adiante. Como ensina a Escritura: "Corra, porém, o juízo como as águas, e a justiça como ribeiro perene." (Amós 5:24)

Que nunca deixemos de lutar por um Brasil em que a justiça e a democracia fluam livremente, como um rio que nunca seca.



## Os desafios do desemprego passam pelo estímulo aos MEIs



» ALFREDO COTAIT NETO  
Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

O Brasil começa o ano de 2025 com quase 7 milhões de desempregados, pelo levantamento mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São chefes de família — pais, mães, avós e avós — que não têm renda mensal. Brasileiros que precisam de estímulo e incentivo para conquistarem espaço no mercado. Para a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), o principal meio para geração de emprego é incentivar os micro e pequenos empreendedores.

O governo, entretanto, vai no caminho contrário. Há sete anos, os microempreendedores não podem aumentar os ganhos para se manterem enquadrados como MEI. Mas, por outro lado, pagam mais na contribuição mensal. Essa conta está errada. No mês passado, a contribuição mensal do Microempreendedor Individual (MEI) sofreu o reajuste previsto em lei. Acompanhando o aumento do salário mínimo (em janeiro), o tributo passou de R\$ 70,60 para R\$ 75,90 para o MEI em geral (5% do salário mínimo), e de R\$ 169,44 para R\$ 182,16 para o MEI caminhoneiro (12% do salário mínimo).

O principal caminho para se corrigir essa distorção é aumentando o teto de faturamento

dos MEIs de R\$ 81 mil para R\$ 144 mil por ano. Essa ampliação possibilitará que mais pessoas se registrem como microempreendedor individual. É uma questão de justiça, fundamental para melhor funcionamento da economia.

A relevância dessa alteração segue sendo enorme, porém sem alcançar a sensibilidade política do Estado. Não se pode pensar só em arrecadação, tem que dar condições para o pequeno empreendedor crescer sem que seja praticamente punido. Com as regras atuais, se o faturamento do MEI ultrapassa 20% de R\$ 81 mil, ele tem que mudar de categoria.

O Brasil tem hoje 11,5 milhões de pessoas registradas como microempreendedores individuais, sendo quase 90% em atividade. Só em São Paulo, são 4,5 milhões. Pessoas que prestam serviços, vendem produtos e, com isso, geram emprego, renda e oportunidades. São empresários que, se passarem de R\$ 81 mil de arrecadação por ano, não se encaixam mais no perfil tributário. Faz-se urgente rever esse ponto, para que as condições para se empreender no Brasil melhorem.

A maior prova de que os microempreendedores estão no limite do endividamento foi a adesão ao programa Desenrola Pequenos Negócios, lançado em 2024 pelo governo federal, tendo à frente os ministérios da Fazenda e do Empreendedorismo. Foi uma oportunidade de quitar ou renegociar dívidas, que tem todo nosso mérito. Mas a alta procura demonstra que algo precisa ser alterado de forma estrutural quando se fala em taxação dos pequenos.

O balanço de 2024 do programa — que teve período de funcionamento de maio a dezembro

— registra 600 mil pequenas empresas beneficiadas, que usaram cerca de R\$ 39 bilhões, segundo dados divulgados pelo governo. A expectativa é de crescimento para esses empreendedores, já que eles retomaram fôlego e acesso ao crédito.

A segunda alteração defendida pela CACB diz respeito ao aumento das atividades empresariais que podem ser praticadas pelos MEIs. O objetivo também é ampliar as possibilidades e, com isso, o número de empreendedores inscritos.

Por fim, há mais uma sugestão diretamente relacionada à geração de empregos: o aumento do número de funcionários que possam ser contratados pelos microempreendedores individuais. Hoje, é apenas um. Por que não aumentar para dois, gerando o dobro de empregos diretos? A criação de novas oportunidades reais para que o desemprego no Brasil diminua passa pelos micro e pequenos empresários.

As perspectivas para 2025 não são animadoras. O ano será de muitos desafios econômicos: crescimento menor, juros maiores, inflação persistente. Essa é a lista do que dá pra se prever de agora. Ainda há os riscos dos fatores não calculados e absolutamente fora de controle, como a situação de outros países, do clima e dos conflitos internacionais. Diante desse cenário, é preciso enfrentar a desigualdade com emprego. E ele está nas mãos dos comerciantes, empresários e empreendedores que trabalham diariamente para gerar renda, pagar imposto e fazer a economia girar e crescer. Não podemos permitir a redução da atividade econômica.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circacunha.df@dabr.com.br

## A cama ou a cova

Segundo relatórios elaborados pelas Nações Unidas, a população mundial deverá atingir, ainda este ano, 8,2 bilhões, sendo que, nas próximas duas décadas, esse número atingirá a marca de 10,3 bilhões de pessoas. O que é certo nesses números é que é praticamente impossível calcular, com exatidão científica, o número de pessoas vivendo hoje no planeta. De toda forma, o crescimento populacional no mundo adentrou para um patamar de extrema preocupação.

As previsões, do lado dos cientistas, são as mais pessimistas possíveis. As estatísticas, um ramo respeitado da matemática e que é levado a sério por muitos países na hora de programar e organizar as economias, adiantam que o futuro imediato reserva enormes desafios aos governos e aos próprios habitantes da Terra. O dilema é deixar livre, por questões éticas, o nascimento de crianças pelo mundo e enfrentar adiante o problema na escassez de recursos naturais ou partir para um programa de redução populacional de forma preventiva, evitando, assim, modelos reativos, em que as providências poderão ser coercitivas.

A China e a Índia conhecem esse problema de perto, sabem como é difícil administrar um país com um número tão alto de habitantes. O Brasil, cujo índice de crescimento populacional gira em torno de 0,41% ao ano e onde a economia patina ano após ano, não pode, de maneira alguma, fazer cara de paisagem sobre essa realidade que avança de modo exponencial pelo planeta. Caso não enfrente o problema de forma séria, com competência, correrá o risco de ter que aceitar levas e mais levas de imigrantes, somando a seus diversos problemas internos.

Ocorre que nosso país só poderá se debruçar sobre questões como essa quando internamente os elementos responsáveis pelos embates políticos tiverem sido sanados. Somente países que resolveram questões básicas de desentendimentos políticos estão aptos a encarar o maior desafio hoje colocado diante da humanidade. Entre nós, questões dessa natureza passam ao largo, pois ainda nos vemos atolados no bê-a-bá dos grandes problemas mundiais. O que parece necessário para encarar essa e outras questões globais urgentes é que se estabeleçam no comando do país indivíduos dotados daquela que é a maior qualidade de um governante: o dom da conciliação e do estabelecimento natural de pontes de entendimento entre todos os brasileiros.

Enquanto nos engalinhamos em rusgas interesseiras de natureza ideológica, o mundo vai explodindo à nossa volta. Talvez, quando resolvermos nossas pendências internas, o mundo que conhecemos já não exista mais, e nada mais fará sentido. Há, de fato, uma estreita ligação entre política e questões prementes como a da superpopulação. Observem que, na relação dos 10 países mais populosos do planeta, o Brasil aparece em sétima posição. Nesse campo, os desafios globais são imensos, e, por isso mesmo, necessitam de soluções em conjunto, que abordem também questões de sustentabilidade.

O físico Heinz von Foerster, nascido em 1911, previu, em seus cálculos complexos, que o ano de 2026 seria de grande aflição para a humanidade. Também o matemático Thomas Malthus (1766-1834), lembrado hoje como o pai da demografia, previu que o aumento populacional geométrico não acompanharia o crescimento da produção de alimentos, o que resultaria, num dado momento, em crises de fome. Hoje em dia, os chamados neomalthusianos defendem o uso de métodos contraceptivos em massa, sobretudo nos países subdesenvolvidos como maneira de controlar o crescimento da população e de combate à pobreza. Existe ainda um estudo elaborado por Antonie van Leeuwenhoek, inventor do microscópio, em 1679, que previa o limite de população que o planeta Terra poderia sustentar seria de 13,4 bilhões de habitantes.

Para os que ainda não compreendem questões dessa natureza e torcem o nariz para estimativas, sobretudo as mais pessimistas, é preciso lembrar que o futuro é feito de pequenos pedaços do cotidiano atual. Se juntarmos as más perspectivas para o futuro com as ações de depredação do meio ambiente, com fenômenos que já chegaram até nós, como o aquecimento global, é melhor começar logo a preparar a cama... Ou a cova.

### A frase que foi pronunciada

**"O maior desenvolvimento na biologia reprodutiva é a pílula anticoncepcional. Ninguém nunca fala sobre isso, mas olhe para as consequências: demografia, envelhecimento da população, a população em declínio da Europa, do Japão, imigração. É incrível."**

Gregório Stock

### » História de Brasília

*O empreiteiro que está plantando grama na 105 está sendo sabotado. Agora, recebeu ordens para parar o serviço por falta de irrigação. Isso representará um prejuízo, porque haverá dispersão de pessoal, e, depois, um novo fichamento irá provocar mais demora.* (Publicada em 27/4/1962)